

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

TERMO DE REFERÊNCIA (TR) Nº 3/2023 - COMISSÕES/MEMORIA**1. DEFINIÇÃO DO OBJETO**

1.1. Contratação de SERVIÇOS GRÁFICOS PARA IMPRESSÃO da 3ª edição do Livro “Como Sentinelas Avançadas” e do livro “Revista Destaques da Gestão 2022/2023”.

1.2 A Contratada deverá atender as condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e na COTAÇÃO DE PREÇOS Nº 1/2023 - COMISSÕES/MEMORIA 1071387, que é parte integrante deste TR, independentemente de transcrição.

1.3. Detalhamento dos bens e serviços que compõem a solução:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE TOTAL
01	<p>LIVRO MODELO 1 - COMISSÃO DE MEMÓRIA ELEITORAL - SENTINELAS - Impressão e acabamento de livro.</p> <p>Miolo: até 300 páginas, 4x4 cores, com tamanho de 320 mm x 220 mm (fechado) - Estilo paisagem. Capa: Dura, 4x0 cores, com tamanho de 340 mm x 230 mm, laminação BOPP. Contra-guarda: colorido. Acabamento em lombada quadrada.</p> <p>Prazo de entrega:</p> <p>Primeira versão para aprovação (boneca), deverá ser entregue no TRE-RO prazo de até 3 (três) dias corridos a contar do recebimento da arte. Impressão do total somente após a aprovação da primeira versão (boneca). O pedido total deverá ser entregue no TRE-RO em até 10 (dez) dias</p>	unidade	100

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	corridos, após aprovação da primeira versão (boneca). Modelo de referência: imagens em anexo 1071401 .		
02	LIVRO MODELO 2 - REVISTA DESTAQUES DA GESTÃO - Impressão e acabamento de livro. Miolo: até 100 páginas , 4x4 cores, com tamanho de 320 mm x 220 mm (fechado) - Estilo paisagem. Capa: Dura, 4x0 cores, com tamanho de 340 mm x 230 mm, laminação BOPP. Contra-guarda: colorido. Acabamento em lombada quadrada. Prazo de entrega: Primeira versão para aprovação (boneca), deverá ser entregue no TRE-RO prazo de até 3 (três) dias corridos a contar do recebimento da arte. Impressão do total somente após a aprovação da primeira versão (boneca). O pedido total deverá ser entregue no TRE-RO em até 10 (dez) dias corridos, após aprovação da primeira versão (boneca). Modelo de referência: imagens em anexo 1071401 .	Unidade	65

1.4 A COTAÇÃO DE PREÇOS Nº 1/2023 - COMISSÕES/MEMORIA 1071387 é parte integrante deste Termo de Referência, independentemente de transcrição, e nele constou as regras para participação das interessadas em contratar com esta administração, sendo expedida para as empresas do ramo de serviços gráficos de Porto Velho-RO.

Art. 9º, da IN 09/2021, inciso III - consulta direta aos fornecedores potenciais, mesmo que por e-mail, WhatsApp, comprovada no processo, ou



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

por telefone, neste caso certificadas no processo, no mínimo, as seguintes informações: nome do servidor que realizou a pesquisa; nome, número do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ, praça da sede e o número do telefone da empresa pesquisada; nome do atendente e o valor obtido na pesquisa.

4. As quantidades a serem adquiridas estão expressas no objeto.

5. Nos preços obtidos foram incluídos os custos unitários correspondentes, como os decorrentes do transporte e entrega na Sede deste Tribunal Regional Eleitoral.

7. Os conteúdos e a arte da impressão serão criados e fornecidos pela Comissão de Memória do TRE-RO, e disponibilizados em documento formato PDF, via google driver.

2. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

2.1. A demanda não está prevista no Plano Anual de Contratações de 2023 do TRE-RO.

2.2 Justificativa:

Em 25/04/2023 foi realizado o PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 10/2023 (0996815), PROCESSO ADMINISTRATIVO SEI Nº. [0000177-96.2023.6.22.8000](#) – Para formação de registro de preços, pelo prazo de 12 meses, para contratação de empresa especializada no fornecimento de MATERIAL GRÁFICO (IMPRESSOS, CARTÕES e PLACAS), nesta licitação foram incluídos todos os serviços gráficos, e itens de natureza semelhante, com o objetivo de atender as necessidades do TRE-RO, que eventualmente surgissem durante o período de vigência das atas de registro de preços.

Considerando a licitação realizada, esta unidade demandante solicitou esclarecimentos da SGJI e da ASCOM ([1072966](#)), para justificativa do motivo de os itens do objeto não terem sido contemplados no Pregão Eletrônico n. 10/2023.

Conforme justificativa da SJGI ([1073750](#)), foi inserido no PAC um formato que não atende o projeto da 3ª edição do Sentinelas Avançadas, tendo constando no PAC o tamanho da 2ª edição. Este tamanho e formato não atende a Comissão de Memória que deliberou por adotar um padrão gráfico não constante da especificação contratual, ou seja, a Comissão adotará o tamanho e formato padrão da 1ª edição do Sentinelas. O novo modelo do livro foi definido na Reunião ocorrida em 05/09/2023, conforme ATA Nº



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

5/2023 - COMISSÕES/MEMORIA (1057226), e será lançado em dezembro/2023.

Quanto ao item da ASCOM, após consulta ([1072966](#)) , a unidade informou ([1073268](#)) que a Revista Destaques da Gestão é um projeto contínuo da Assessoria de Comunicação e da Diretoria-Geral do TRE-RO, trata-se de uma publicação produzida e impressa ao final de cada biênio, para valorizar o trabalho, as ações e as iniciativas durante a respectiva Gestão, compilando os principais feitos, ações e êxitos mais relevantes, a fim de contribuir para a preservação da Memória do Tribunal e aprimoramento contínuo da administração. As especificações e a quantidade dos impressos, antes não previstas, visam atender a qualidade e ampliação do alcance da informação.

3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

3.1. Contratação de forma direta por dispensa de licitação, na forma tradicional, com fulcro no art. 75, inciso II, da Lei n. 14.133/21, sem expedição de Aviso de Dispensa Eletrônica, conforme justificativa inserida no item 13 deste TR.

3.3. Os demais elementos que fundamentam a presente contratação fazem parte dos estudos da fase de planejamento da contratação constantes nos seguintes documentos:

1. Documento de Formalização da Demanda [1067063](#);
2. COTAÇÃO DE PREÇOS Nº 1/2023 - COMISSÕES/MEMORIA 1071387
3. Proposta da empresa vencedora RONDOFORMS EDITORA E GRÁFICA LTDA - evento [1074907](#)
4. Certidões de regularidade fiscal – [1074929](#)
5. Licença Ambiental - [1074933](#)
6. Informação Conclusiva do Valor Estimado da Contratação - ICVEC [1075148](#).

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

4.1 A Solução escolhida pela Comissão de Memória : Impressão e acabamento de livro. Miolo: **até 300 páginas**, 4x4 cores, com tamanho de 320 mm x 220 mm (fechado) - Estilo paisagem. Capa:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Dura, 4x0 cores, com tamanho de 340 mm x 230 mm, laminação BOPP. Contra-guarda: colorido. Acabamento em lombada quadrada ATA Nº 5/2023 - COMISSÕES/MEMORIA.

Da reunião da unidade solicitante e unidade demandante da contratação:

Definições acerca do trabalho de revisão da 3ª edição do Livro “Como Sentinelas Avançadas”. Após as considerações feitas pelos servidores, restou deliberado:

- 1- Não repetir textualmente a composição da corte eleitoral, deixar as fotografias oficiais e inserir legenda nas mesmas, de 1982 a 2023;
- 2- Inserir a galeria das cortes com QRcode;
- 3- Suprimir o histórico de procuradores eleitorais;
- 4- Revisar a composição dos membros substitutos (tarefa sob encargo do Everaldo);
- 5- Servidora Áurea demandar as fotografias oficiais da ASSCOM de 2013 a 2023;
- 6- Revisão e atualização do histórico de servidores (Áurea demandar a SGP) inserir os servidores in memoria
- 7- Revisar o histórico de criação das zonas eleitorais e inserir o rezoneamento, comparar com a produção feita pela ASSCOM e incluir novas imagens;
- 8- Alistamento eleitoral revisar e colocar a questão do título eleitoral e da biometria, inserir imagens novas;
- 9- Sobre as eleições retirar a tabela de resultados a partir de 2013 e fazer remissão aos resultados publicado no site do TRE, acrescentar as informações relevantes dos demais pleitos;
- 10- Retirar o último capítulo e inserir um novo, com título provisório de “desafios na última década” (Cícero fará um apanhado registrado nos relatórios anuais de gestão);
- 11- Pesquisar imagens que serão a capa do livro (Joeser ficou de apresentar sugestões de imagens antigas).

Nada mais havendo, encerrou-se a reunião, às 16h.

4.2 Solução escolhida pela ASCOM -

Especificação - LIVRO - Impressão e finalização.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Miolo: até 100 páginas, 4x4 cores, com tamanho de 320 mm x 220 mm (fechado) - Estilo paisagem.

Capa: Dura, 4x0 cores, com tamanho de 340 mm x 230 mm, laminação BOPP.

Contra-guarda: colorido.

Acabamento em lombada quadrada.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1 Os requisitos e as condições indispensáveis para a realização dos serviços encontram-se neste TR e na proposta da contratada xxxxxx.

5.2 O fornecimento será para entrega imediata, conforme prazos definidos na Cotação de Preços.

4.1. Somente poderão participar desta cotação de preços empresas que apresentam:

a) Certidão Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (Certidão única abrangendo a regularidade das Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros) ou Certidão Positiva de Débito Com Efeitos de Negativa - CPD-EN;

b) Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço- FGTS, mediante a apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS;

c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

d) comprovação de inexistência de registro no Cadastro Nacional de Condenações por Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do Conselho Nacional de Justiça – CNJ.

4.2. Não poderá participar direta ou indiretamente desta cotação ou do fornecimento de bens a ela necessária, servidor ou dirigente do TRE/RO.

4.3. Considera-se participação indireta a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista entre o servidor ou dirigente e a licitante ou responsável pelos serviços, incluindo-se os fornecimentos de bens e serviços a estes necessários.

4.4. A participação na cotação de preços implica em conhecimento e aceitação das regras a ela inerentes.

4.8. A proposta de preços da contratada vincula-se a este contrato independentemente de transcrição.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

4.10. Os serviços de impressão serão acompanhados por representante da SJGI.

4.12. A primeira versão para aprovação (boneca), deverá ser entregue no TRE-RO prazo de até 3 (três) dias corridos a contar do recebimento da arte. Impressão do total somente após a aprovação da primeira versão (boneca). O pedido total deverá ser entregue no TRE-RO em até 10 (dez) dias corridos, após aprovação da primeira versão (boneca).

6. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

A contratação possui critérios de sustentabilidade e/ou observou as práticas sustentáveis indicadas no item 16 do ETP da contratação?

() Não. Justificar

(x) Sim. Listar os requisitos de sustentabilidade da contratação que constam do ETP ou, eventualmente, alguma que ainda não fora prevista:

6.2 Para os itens relacionados, cuja atividade de fabricação ou industrialização é enquadrada no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 06, de 15/03/2013, só será admitida a oferta de produto cujo fabricante esteja regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos ambientais, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981.

6.3 Aquisição de produto cuja fabricação ou industrialização envolva atividades potencialmente poluidoras ou utilizadoras de recursos ambientais (art. 17, I, da Lei nº 6.938/81). Citam-se exemplificativamente as seguintes categorias de fabricantes (Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 06/2013): uso de produtos tóxicos.

6.4 Todavia, normalmente quem participa da licitação não é o fabricante em si, mas sim revendedores, distribuidores ou comerciantes em geral – os quais, por não desempenharem diretamente atividades poluidoras ou utilizadoras de recursos ambientais, não são obrigados a registrar-se no Cadastro Técnico Federal – CTF do IBAMA.

6.5 Portanto, a fim de não introduzir distinções entre os comerciantes e fabricantes, entendemos que a forma mais adequada de dar cumprimento à



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

determinação legal é inseri-la na obrigação do fornecedor comprovar licenças, autorizações, permissões, concessões, alvarás e demais documentos obrigatórios dos órgãos federais, estaduais ou municipais para o exercício de suas atividades, comprovado por meio do evento Licença ambiental – critério de sustentabilidade - [1074933](#)

Fonte: **Guia Nacional de Contratações Sustentáveis**, da AGU/CGU, publicação conjunta da Advocacia Geral da União e Controladoria-Geral da União – 6ª edição (1062361), cuja utilização no âmbito deste TRE foi instituída por meio da INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2023 - PRES/GABPRES – 0981675.

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. Prazos e Condições:

O instrumento de contrato será substituído pela Nota de Empenho, conforme artigo 95, da Lei n. 14.333/21, sendo as regras da Cotação de Preços e deste Termo de Referência partes integrantes do instrumento de contrato, independentemente de sua transcrição.

Prazo de vigência: O prazo de vigência do Contrato será de 60 dias a contar da data do protocolo de recebimento da NE pela contratada.

Prazo de execução: Os conteúdos e a arte para impressão serão criados e fornecidos pela Comissão de Memória e/ou ASCOM do TRE-RO, disponibilizados em documento formato PDF, via google driver, e encaminhados à contratada em até 10 dias a partir da entrega da entrega da Nota de Empenho.

A contratada obriga-se a entregar a primeira versão (boneca) no prazo de até 3 (três) dias corridos a contar do recebimento da arte.

A impressão do total somente ocorrerá após a aprovação da primeira versão (boneca), e será confirmada mediante envio de mensagem eletrônica devidamente comprovada nos autos.

O pedido total deverá ser entregue no TRE-RO em até 10 (dez) dias corridos, após aprovação da primeira versão (boneca).

Endereço de entrega do material:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Av. Presidente Dutra, 1889, Baixa da União, CEP 76805-901. CNPJ 04.565.735/0001-13 Tel:(69) 3211-2144.

Gabinete da SJGI – item 1;

ASCOM – item 2.

7.2. Deveres e Responsabilidades do contratante:

7.2.1 Proporcionar as facilidades indispensáveis à boa execução dos serviços.

7.2.2 Relatar, por escrito, com a devida comprovação, as eventuais irregularidades na entrega dos materiais ou na prestação de serviços;

7.2.3 Sustar a execução de quaisquer trabalhos por estarem em desacordo com o especificado ou por qualquer outro motivo que caracterize a necessidade de tal medida;

7.2.4 Exigir e conferir todos os documentos listados nas obrigações prévias da contratada, manifestando-se por sua regularidade ou notificar a contratada para que os apresente em prazo razoável, sob pena de não celebrar o contato, sem prejuízo da aplicação das penalidades legais;

7.2.5 Cumprir e fazer cumprir todos os prazos e condições estabelecidas no TR e na proposta;

7.2.6 Reunir-se com a contratada, sempre que solicitado ou quando julgar necessário para definir detalhes ou esclarecer aspectos relacionados à entrega de bens ou execução de serviços;

7.2.7 Assegurar, quando exigível, o acesso dos empregados da contratada, quando devidamente identificados, aos locais em que devam executar suas tarefas;

7.2.8 Promover o acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotar em registro próprio as falhas detectadas e comunicar à contratada as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas de parte desta;

7.2.9 Notificar a contratada para, no prazo máximo concedido, contados do recebimento da notificação, cumprir obrigações relacionadas aos aspectos em desacordo com as regras do contrato, alertando sobre as sanções que poderão ser aplicadas nas hipóteses de descumprimentos injustificados;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

7.2.10 Rejeitar, através do fiscal técnico do contrato, a entrega de material ou a execução dos serviços prestados em desacordo com as obrigações estabelecidas no contrato e fixar prazo para a correta execução;

7.2.11 Receber os bens ou os serviços, por meio do fiscal do contrato, em caráter provisório e definitivo, após verificar a sua conformidade com o estabelecido neste termo de referência e no contrato, certificando as notas fiscais da entrega;

7.2.12 Realizar o pagamento dos bens entregues ou dos serviços prestados na forma estabelecida neste termo de referência e no contrato:

7.2.12.1 O pagamento será realizado mediante ordem bancária ou por OBPIX, por meio do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento da nota fiscal/fatura, após o recebimento definitivo dos bens ou dos serviços atestados pelo fiscal e autorizado pelo gestor do contrato, aplicadas as retenções legais, inclusive quanto à legislação municipal do imposto sobre serviços.

7.2.12.2 Para o pagamento por meio de OBPIX serão aceitas chaves PIX nos formatos CPF/CNPJ, e-mail, número de celular ou chave aleatória.

7.2.12.3 Poderá ainda o pagamento via OBPIX utilizar apenas o domicílio bancário (banco, agência e nº de conta), desde que haja chave PIX cadastrada para o domicílio bancário, exigindo-se, contudo, que a contratada informe tratar-se de conta corrente ou conta poupança.

7.2.12.4 O pagamento via OBPIX não será realizado caso apresentado apenas imagem de QR-Code.

7.2.12.5 Além das demais obrigações aplicáveis aos pagamentos, disciplinadas neste termo de referência, na época do pagamento a contratada deverá demonstrar regularidade com os Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e obrigações trabalhistas, que pode ser feita por meio de consulta ao SICAF ou aos sites oficiais. Também será consultada sua situação no Conselho Nacional de Justiça.

a) Em qualquer caso, na hipótese de comprovação de irregularidades impeditivas à contratação, a contratada deverá regularizar a situação em até 05 (cinco) dias. Enquanto correr o prazo, sem a apresentação da regularidade pendente, o pagamento ficará sobrestado.

b) extinto o prazo sem a devida comprovação de regularidade, a nota fiscal será enviada para pagamento com a retenção preventiva do valor relativo a possível aplicação de penalidade de multa.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

7.2.12.6 Nenhum pagamento será realizado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira imposta à contratada em virtude de penalidades ou inadimplências sem que isso gere direito a reajustamento ou realinhamento de preços.

7.2.12.7 Pelos eventuais atrasos dos pagamentos, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = **I** x **N** x **VP**
Na qual:
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela a ser paga.
I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{(TX)}{365} \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

7.2.12.8 a compensação financeira será incluída em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência.

7.2.9 Exercer quaisquer outras atribuições derivadas da lei, regulamentos, das demais normas aplicadas ou sempre que o exigir o interesse da Administração Pública.

7.3. Deveres e Responsabilidades da Contratada:

7.3.1 Cumprir e fazer cumprir todos os prazos e condições para a execução do objeto nos termos estabelecidos na sua proposta comercial e no instrumento de contrato;

7.3.2 Aceitar, atendendo à conveniência e necessidades do contratante, acréscimos ou supressões do objeto da contratação em até 25 % (vinte e cinco por cento) do valor total ou estimado do contrato, na forma do artigo 125 da Lei n. 14.133/2021;

7.3.3 Indicar, quando exigível, um preposto para o contrato, sendo este o interlocutor da contratada para os assuntos relativos ao cumprimento das



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

cláusulas contratuais e para participar de reuniões de acompanhamento, sempre que solicitado pelo contratante;

7.3.4 Responder solicitações para elucidação de eventuais questões relacionadas à execução do contrato;

7.3.5 Responsabilizar-se técnica e administrativamente pelo objeto contratado, não sendo aceito, sob qualquer pretexto, a transferência de responsabilidade a outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros;

7.3.6 Apenas subcontratar parcialmente a execução do objeto do contrato com prévia anuência do contratante e com observância estrita das regras definidas no contrato;

7.3.7 Refazer ou corrigir os serviços não aprovados pela fiscalização e cumprir as obrigações pendentes em até 48 horas, contados do recebimento da notificação, salvo justificativa razoável;

7.3.8 Comunicar ao gestor do contrato, por escrito, toda e qualquer anormalidade de caráter urgente que possa impossibilitar a execução do objeto do contrato e prestar os esclarecimentos julgados necessários;

7.3.9 Arcar com todos os custos diretos e indiretos que incidam sobre a execução do objeto do contrato, tais como: as despesas relativas à execução dos serviços, impostos, taxas, encargos, mão de obra, materiais, equipamentos e todos os demais incidentes sobre a prestação dos serviços;

7.3.10 Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, de seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez que estes não têm nenhum vínculo empregatício com o contratante;

7.3.11 Responder por valores adicionais ao valor do contrato, tais como custos de deslocamento, alimentação, transporte, alojamento, trabalho em sábados, domingos, feriados ou em horário noturno, bem como qualquer outro valor adicional;

7.3.12 Responder integralmente por perdas e danos que vier a causar ao Tribunal ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras combinações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

7.3.13 Fornecer a seus empregados todos os instrumentos necessários à execução de serviços;

7.3.14 Informar a relação dos empregados que prestarão serviços nas dependências deste Regional ou entre outro local a seu critério;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

7.3.15 Garantir o mais rigoroso sigilo sobre quaisquer dados, informações, documentos e especificações que venham a ter acesso em razão dos serviços prestados, não podendo, sob qualquer pretexto, revelá-los, divulgá-los ou reproduzi-los;

7.3.16 Manter, durante toda a vigência do contrato, as condições de habilitação exigidas na contratação.

7.3.17 Cumprir as demais disposições contratuais, legais, principalmente da legislação específica aplicável à execução do objeto do contrato.

7.3.18 Receber a Nota de Empenho no prazo de até 24 horas a contar da notificação.

7.3.19 Realizar a montagem da estrutura no local indicado neste contrato, e concluir a instalação até 12h do dia 04/10/2023.

7.3.20 Desmontar e Recolher os equipamentos a partir da conclusão do evento, ou em outro horário a ser informado pela contratada.

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

8.1. FORMA DE CONTRATAÇÃO

8.1.2. O instrumento de contrato será substituído pela Nota de Empenho, conforme artigo 95, da Lei n. 14.333/21, sendo as regras da Cotação de Preços e deste Termo de Referência partes integrantes do instrumento de contrato, independentemente de sua transcrição.

8.1.3. As condições de habilitação exigidas na Cotação de Preços serão verificadas de ofício, por meio de certidão on-line, em especial quanto à regularidade perante a Fazenda Pública Federal, à Seguridade Social (CND-INSS), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRS-FGTS) e à Justiça do Trabalho.

8.1.4. Para efetivar a contratação, a empresa vencedora da melhor proposta receberá a Nota de Empenho via e-mail, e deverá responder a mensagem com confirmação de recebimento, o que corresponderá a sua concordância com os termos da NE, dando por celebrado o instrumento de contrato.

8.1.7. O descumprimento injustificado, pela compromissária, das obrigações estabelecidas neste capítulo implicará a decadência do direito à contratação, situação em que os proponentes remanescentes poderão ser chamados na ordem de classificação para fazê-lo em igual prazo e condições (§ 2º do art. 90 da Lei n. 14.133/21), sujeitando-se a compromissária, também, à multa de 30% (trinta por cento) incidente sobre o valor da proposta.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

8.1.8. Indicação da Equipe de Gestão e Fiscalização do Contrato:

Integrante	Titular	Substituto	Unidade
Áurea Cristina Saldanha Oliveira Aragão	COMISSÃO DE MEMÓRIA	Gestor do Contrato Fiscal Administrativo Fiscal Técnico	SJGI
Vinicius Brito dos Santos	Revista Destques da Gestão	Gestor do Contrato Fiscal Administrativo Fiscal Técnico	ASCOM
Rudma Rosa Oliveira Costa	COMISSÃO DE MEMÓRIA	Unidade Demandante - Fiscal Administrativa	COMAP

8.2. Procedimentos de Gestão e Fiscalização do Contrato:

8.2.1 O gestor do contrato ficará responsável por:

8.2.1.1 Organizar a reunião inicial;

8.2.1.2 Encaminhar alterações contratuais;

8.2.1.3 Controlar prazos e indicadores contratuais;

8.2.1.4 Atestar notas fiscais;

8.2.1.5 Tratar eventuais irregularidades constatadas na execução contratual;

8.2.1.6 Realizar o recebimento provisório e o definitivo, emitindo os respectivos termos;

8.2.1.7 Verificar obrigações previstas no encerramento do contrato.

8.2.2 O Fiscal Administrativo do contrato ficará responsável por:

8.2.2.1 Participar da reunião inicial;

8.2.2.2 Conferir cumprimento de prazos contratuais;

8.2.2.4 Conferir documentação exigida no contrato;

8.2.2.5 Verificar a conformidade do faturamento do objeto contratado;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

8.2.2.6 Informar ao gestor do contrato qualquer irregularidade na execução do objeto ou descumprimento dos níveis de serviços contratados.

8.2.3 O **fiscal demandante** do contrato ficará responsável por:

8.2.3.1 Participar da reunião inicial;

8.2.3.2 Acompanhar a execução do objeto de acordo com o contrato;

8.2.3.3 Monitorar cumprimento de prazos contratuais;

8.2.3.4 Encaminhar demandas para a contratada por meio de ordens de serviço e/ou chamados;

8.2.3.5 Aferir as entregas da execução em relação ao objeto contratado;

8.2.3.6 Atestar se os requisitos de negócio da contratação foram atendidos;

8.2.3.7 Informar ao gestor do contrato qualquer irregularidade na execução do objeto ou descumprimento dos níveis de serviços contratados.

8.2.4 O **fiscal técnico** do contrato ficará responsável por:

8.2.4.1 Participar da reunião inicial;

8.2.4.2 Acompanhar a execução do objeto de acordo com o contrato;

8.2.4.3 Monitorar cumprimento de prazos contratuais;

8.2.4.4 Encaminhar demandas para a contratada por meio de ordens de serviço e/ou chamados;

8.2.4.5 Aferir as entregas da execução em relação ao objeto contratado;

8.2.4.6 Atestar se os requisitos técnicos da contratação foram atendidos;

8.2.4.7 Informar ao gestor do contrato qualquer irregularidade na execução do objeto ou descumprimento dos níveis de serviços contratados.

8.2.2.3 Conferir o atendimento dos níveis de serviços contratados;

O Fiscal Técnico será responsável pela entrega da arte, conferência da quantidade e qualidade do material, recebimento dos materiais e atesto da nota fiscal, e demais obrigações por parte do contratante constantes deste tr.

8.3. Mecanismos Formais de Comunicação

8.3.1 Será realizada uma reunião inicial do contrato com a participação da contratada, do gestor e fiscais do contrato.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

8.3.2 O mecanismo formal de comunicação utilizado no contrato será o e-mail, conforme detalhamento a seguir:

Assunto	E-mail
Envio de notas fiscais relacionadas a requisições do gestor do contrato	comap@tre-ro.jus.br
Informações técnicas	sjgi@tre-ro.jus.br ascom@tre-ro.jus.br

9 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

9.1 Efetuar o pagamento à contratada de acordo com as condições, preços e prazos estabelecidos no TR e na proposta da contratada.

9.2 Efetuar o recebimento definitivo dos serviços entregues, após a verificação do cumprimento das especificações dos produtos, nos termos deste TR e requisições feitas pelo fiscal técnico.

9.3 Recusar e devolver, mediante emissão de Termo de Recusa de Materiais emitido pelo fiscal técnico, no qual explicitará a razão da recusa do produto, os materiais entregues em que se tenha constatado:

- a) Produtos em desacordo com especificações estabelecidas neste TR e na proposta da contratada;
- b) Produtos apresentarem com quaisquer vícios de qualidade ou impropriedades para o uso.

9.5. Após a entrega do material a contratada deverá apresentar a Nota Fiscal após a execução do serviço, com relação ao qual o fiscal administrativo do contrato emitirá o Termo de Recebimento definitivo.

9.6. O gestor do contrato terá um prazo de 05 (cinco) dias consecutivos para realizar a análise qualitativa dos materiais entregues e dos serviços prestados, que consistirá na verificação dos materiais e serviços conforme especificações constantes neste Termo de Referência e encaminhar os autos para pagamento.

10. REAJUSTE CONTRATUAL



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

10.1. Havendo necessidade justificada, poderá haver alteração unilateral pela Administração contratante ou por acordo entre as partes nos casos previstos pelo art. 124 da Lei 14.133/21.

10.2 A contratada se obriga a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação, nos termos do art. 125 da Lei 14.133/21.

10.3. A fim de garantir o reajuste anual à contratada, que reflita a variação efetiva dos custos de produção ou dos preços dos insumos utilizados, será utilizado o índice oficial do governo federal, Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, ou outro índice que vier a substituí-lo. (Fonte: <https://www.ibge.gov.br/explica/inflacao.php>)

10.4 O interregno mínimo para concessão de reajuste será contado a partir de 12 (doze) meses da data de apresentação da proposta.

11. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO E DA QUANTIDADE PRETENDIDA

11.1. O valor total estimado para a contratação é de R\$ 37.010,00 (trinta e sete mil dez reais).

11.2. O detalhamento da pesquisa de preços realizada para a estimativa do preço integra a INFORMAÇÃO CONCLUSIVA DO VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO, evento [1075148](#).

		RONDOFORMS EDITORA E GRÁFICA LTDA			
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	LIVRO MODELO 1 - COMISSÃO DE MEMÓRIA ELEITORAL - SENTINELAS - Impressão e acabamento de	Unidade	100	R\$ 296,00	R\$ 29.600,00



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

<p>livro.</p> <p>Miolo: até 300 páginas, 4x4 cores, com tamanho de 320 mm x 220 mm (fechado) - Estilo paisagem. Capa: Dura, 4x0 cores, com tamanho de 340 mm x 230 mm, laminação BOPP. Contra-guarda: colorido. Acabamento em lombada quadrada.</p> <p>Prazo de entrega: Primeira versão para aprovação (boneca), deverá ser entregue no TRE-RO prazo de até 3 (três) dias corridos a contar do recebimento da arte. Impressão do total somente após a aprovação da primeira versão (boneca). O pedido total deverá ser entregue no TRE-RO em até 10 (dez) dias corridos, após aprovação da primeira versão (boneca).</p> <p>Modelo de referência:</p>				
--	--	--	--	--

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	imagens em anexo 1071401 .				
2	<p>LIVRO MODELO 2 - REVISTA DESTAQUES DA GESTÃO - Impressão e acabamento de livro.</p> <p>Miolo: até 100 páginas, 4x4 cores, com tamanho de 320 mm x 220 mm (fechado) - Estilo paisagem. Capa: Dura, 4x0 cores, com tamanho de 340 mm x 230 mm, laminação BOPP. Contra- guarda: colorido. Acabamento em lombada quadrada.</p> <p>Prazo de entrega: Primeira versão para aprovação (boneca), deverá ser entregue no TRE-RO prazo de até 3 (três) dias corridos a contar do recebimento da arte. Impressão do total somente após a aprovação da primeira versão (boneca). O pedido total</p>	Unidade	65	R\$ 114,00	R\$ 7.410,00

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

deverá ser entregue no TRE-RO em até 10 (dez) dias corridos, após aprovação da primeira versão (boneca). Modelo de referência: imagens em anexo 1071401 .				
TOTAL				R\$ 37.010,00

11.3 Justificativa para a definição da quantidade (Método utilizado: dados concretos, histórico de consumo, fato futuro que poderá impactar no quantitativo demandado)**1 - LIVRO MODELO 1 - COMISSÃO DE MEMÓRIA ELEITORAL - SENTINELAS - Impressão e acabamento de livro.**

A estimativa de 100 exemplares, considerou a remessa para as bibliotecas dos Regionais Eleitorais, Zonas Eleitorais. Gabinetes de magistrados e exemplares que devem permanecer no Centro de Memória do Tribunal.

2- LIVRO MODELO 2 - REVISTA DESTAQUES DA GESTÃO - Impressão e acabamento de livro.

Revista Destaques da Gestão

27 (*vinete e sete*) para os Regionais do Brasil, sendo um exemplar para cada TRE;

07 (*sete*) para os membros da Corte Eleitoral deste Tribunal, sendo um exemplar para cada Membro;

29 (*vinete e nove*) para os juízes eleitorais, sendo um exemplar para cada Zona Eleitoral; e

02 (*dois*) exemplares sobressalentes, sendo um para o TSE e o outro para o TJ-RO.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

12. ADERÊNCIA ORÇAMENTÁRIA

12.1. A fonte orçamentária para o custeio da despesa está indicada no quadro adiante:

FONTE ORÇAMENTÁRIA - 1 - LIVRO MODELO 1 - COMISSÃO DE MEMÓRIA ELEITORAL - SENTINELAS			
Tipo de Orçamento	Item de despesa do planejamento orçamentário	Plano Interno	Previsão de execução orçamentária por ano
			exercício corrente (2023)
Ordinário	Galerias de homenagens a autoridades da Justiça Eleitoral em RO	PI ADM EVENTO	R\$ 34.000,00

FONTE ORÇAMENTÁRIA - 2- LIVRO MODELO 2 - Revista Destaques da Gestão			
Tipo de Orçamento	Item de despesa do planejamento orçamentário	Plano Interno	Previsão de execução orçamentária por ano
			exercício corrente (2023)
Ordinário	Publicidade por impressos gráficos	ADM APOIO	R\$ 30.000,00
Total a ser executado			R\$ 31.713,55

13. FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Dispensa de Licitação:

() por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

(x) Não utilizado o Sistema de Dispensa Eletrônica. JUSTIFICAR:

Trata-se de impressão de material gráfico para lançamento da 3ª edição do Livro “Como Sentinelas Avançadas” e o Relatório de Gestão para entrega ao novo Presidente do TRE-RO, cujos prazos para distribuição iniciarão a partir de 10/12/2023. Verifica-se, portanto, que entre a data da autorização da despesa, impressão da primeira versão, aprovação, e autorização para a impressão total, há períodos reduzidos. Diante do prazo urgente no atendimento da demanda, invocar-se-á o inciso III do art. 4º da Instrução Normativa SEGES n. 67/2021, para justificar que não será adotada a aplicação da dispensa de licitação na forma eletrônica para a presente contratação.

Ademais, em caso de aplicação da dispensa eletrônica, contados da data de divulgação do aviso de contratação direta, observando-se os períodos de envio de lances, julgamento, habilitação, adjudicação e homologação, recaindo a proposta vencedora sobre fornecedor de outra cidade, demandará a extensão dos prazos de conclusão dos serviços, excedendo os limites até a data de lançamento da obra literária, causando danos ou prejuízos a este órgão.

Assim, a contratação será processada por aquisição direta com os fornecedores especializados no ramo do produto, localizados nesta capital, fomentando-se a economia local e a manutenção do emprego no comércio de Porto Velho, contemplando, assim, os critérios de sustentabilidade de inclusão social, com o fomento da economia e do emprego desta região.

Conforme consta na informação conclusiva sobre o valor estimado, os preços foram pesquisados no comércio especializado no ramo e, consoante art. 3, I, art. 21, VI, da Resolução CNJ 400/2021, que determina aos órgãos do Poder Judiciário o fomento à produção e comércio locais e redução na emissão de gases de efeito estufa que os transportes de longa distância ocasionam.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO
() Menor preço global
(x) Menor preço por item
() Maior desconto
() Outro:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

14. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

14.1. Os critérios de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista:

14.1.1. Para participação e habilitação da participante exigir-se-á prova de regularidade fiscal junto à Receita Federal do Brasil, seguridade social e FGTS e prova de regularidade junto à Justiça do Trabalho.

14.1.2. De forma complementar, a Administração Contratante poderá efetuar consulta ao CEIS (Cadastro Nacional de Empresa Inidôneas e Suspensas), CNJ (Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade) e TCU (Cadastro de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal), além de outras fontes.

14.1.3. Por celeridade, esta Administração efetuou a consulta da regularidade fiscal nos respectivos sites oficiais da Internet, conforme consta no evento 0999586.

14.1.4. A futura contratada obriga-se a manter as condições de habilitação durante todo o contrato.

14.2.5. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor:

14.2. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor:

a) será dispensada conforme art. 70, III, da Lei n. 14.133/2021.

14.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

A contratada deverá apresentar materiais durante a locação que atendam a necessidade do Cerimonial, com equipamentos de qualidade e com garantia de segurança aos usuários e comprovar mediante portfólio de que utilizou o material em outros

15. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES APLICÁVEIS

15.1. SANÇÕES: Na ocorrência das infrações administrativas descritas adiante, poderão ser aplicadas as sanções previstas no art. 156 da Lei n. 14.133/2021, na forma seguinte:

15.1.1 Advertência: pela cometimento da infração administrativa de **dar causa à inexecução parcial do contrato**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

15.1.2 Multa: de 5,0% (cinco por cento) a 30% (trinta por cento), de acordo com a gravidade da conduta, do valor do contrato celebrado ou da obrigação inadimplida, aplicada ao responsável por qualquer das seguintes infrações administrativas:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

II - dar causa à inexecução total do contrato;

III - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

IV - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

V - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a seleção da proposta ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

VI - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

VII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013.

15.1.3 Impedimento de licitar e contratar: quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, por qualquer das seguintes infrações administrativas:

I - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a seleção da proposta ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

II - praticar ato fraudulento na execução do contrato;

III - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.

15.1.4 Declaração de inidoneidade: será aplicada quando justificada a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no item 15.1.3 desta seção e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, por qualquer das seguintes infrações administrativas:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

I - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a seleção da proposta ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

II - praticar ato fraudulento na execução do contrato;

III - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

IV - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013.

15.2. O procedimento e demais critérios para aplicação das sanções estabelecidas no item 15.1 desta seção observarão as normas gerais da Lei n. 14.133/2021 e, ainda, aquelas estabelecidas em regulamento por este Tribunal.

16 ANEXOS

1. Documento de Formalização da Demanda [1067063](#);
2. COTAÇÃO DE PREÇOS Nº 1/2023 - COMISSÕES/MEMORIA 1071387
3. Proposta da empresa vencedora RONDOFORMS EDITORA E GRÁFICA LTDA - evento [1074907](#)
4. Certidões de regularidade fiscal – [1074929](#)
5. Licença Ambiental - [1074933](#)
6. Informação Conclusiva do Valor Estimado da Contratação - ICVEC [1075148](#).



Documento assinado eletronicamente por **RUDMA ROSA OLIVEIRA COSTA, Coordenador(a)**, em 21/10/2023, às 15:26, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Vinicius Brito dos Santos, Membro da Comissão**, em 24/10/2023, às 18:40, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **AUREA CRISTINA SALDANHA OLIVEIRA ARAGÃO, Membro da Comissão**, em 24/10/2023, às 19:48, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1075152** e o código CRC **8004A837**.

0001892-76.2023.6.22.8000

PROCESSO: 0001892-76.2023.6.22.8000

INTERESSADO: Coordenadoria de Material e Patrimônio - COMAP

ASSUNTO: Dispensa de licitação tradicional - Contratação de empresa especializada na prestação de serviços gráficos para impressão.

PARECER JURÍDICO Nº 243 / 2023 - PRES/DG/SAOFC/AJSAOFC

I – RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo instaurado pela Coordenadoria de Material e Patrimônio - COMAP com vistas à contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços gráficos para impressão, objetivando a revisão e o lançamento do Livro "Como Sentinelas Avançadas" e o livro "Revista Ações de Destaque", e o livro do "Relatório de gestão 2022/2023", com contornos iniciais definidos no Documento de Formalização de Demanda - DFD juntado no evento ([1067063](#)).

02. Registra-se que o pedido da compra foi elaborado pelas regras do regime jurídico da Lei n. 14.133/21, com fulcro no art. 75, inciso I, aplicável a este Tribunal pela regulamentação que consta da Instrução Normativa TRE-RO n.9, de 11/10/2022, publicada no DJE TRE-RO n. 250, de 05/09/2022 e de observância obrigatória neste Órgão para os processos instaurados a partir de 07/11/2022 ([0934832](#)).

03. Por meio do Despacho n. 2286/2023 ([1067782](#)), o Secretário da SAOFC analisou que, de acordo com as justificativas apontadas no Documento de Formalização da Demanda - DFD, a contratação **não** exigirá a instituição de Equipe de Planejamento da Contratação e Equipe de Gestão e Fiscalização de Contrato, bem como a



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

elaboração de Estudo Técnico Preliminar e Mapa de Riscos. Assim, com fundamento no § 3º do art. 3º da IN TRE-RO n. 9/2022, encaminhou o processo à Comissão de Memória Eleitoral para elaboração do Termo de Referência, realização de pesquisa de preços e elaboração da Informação Conclusiva do Valor Estimado da Contratação - ICVEC.

04. Para cumprimento do referido despacho e instrução do feito, foram inicialmente juntados os seguintes documentos ao processo:

I - Cotação de preços nº 1/2023 e anexo, com as regras da contratação ([1071387](#) e [1071401](#)), enviada a diversas empresas do ramo, conforme comprovado pelos documentos juntados nos eventos [1072930](#) e [1074857](#);

II - Cotação de preços da **Rondoforms Editora e Gráfica LTDA** - CNPJ: **05.155.992/0001-40** ([1074907](#)) e documentos que comprovem a regularidade mínima da empresa para contratar com a Administração Pública ([1074929](#)), bem como licença ambiental simplificada de operação da cotante ([1074933](#));

III - Informação Conclusiva do Valor Estimado da contratação direta ([1075148](#)), no valor de **R\$ 37.010,00 (trinta e sete mil e dez reais)**;

IV - Termo de Referência n. 3/2023 - MEMORIA ([1075152](#)) que reproduz as regras da contratação direta, com dispensa de licitação.

05. Por meio do Despacho n. 2531/2023 ([1076093](#)), o Secretário da SAOFC determinou a remessa do processo à SAC para análise dos documentos da etapa de planejamento da contratação, à COFC para programação orçamentária, à SECONT para elaborar minuta de instrumento contratual e, por fim, a esta Assessoria Jurídica para emissão de parecer.

06. A Seção de Apoio às Contratações (SAC) concluiu sua análise nos seguintes termos ([1076843](#)):

3- Como já registrado nesta análise, comprovou-se a regularidade da empresa RONDIFORMS EDITORA E GRÁFICA LTDA, CNPJ: **05.155.992/0001-40**, para contratar com a Administração Pública.

4- Após a análise formal, verifica-se que a **FASE DE PLANEJAMENTO**, a **PESQUISA DE PREÇOS - ESTIMATIVA DA DESPESA** e a referida **TERMO DE REFERÊNCIA (TR) Nº 3/2023 - COMISSÕES/MEMORIA** ([1075152](#)), complementado pela cotação juntada no evento ([1074907](#)), encontram-se em consonância com as normas gerais de contratações estabelecidas pelo art. 75, inciso II, da Lei 14.133/2021, para **contratação direta por dispensa de licitação**, a ser analisada pela Assessoria Jurídica da SAOFC, nos termos do art. 26, inciso V, da IN n. 009/2022-TRE-RO.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

07. Em cumprimento ao referido despacho, a SECONT informou que deixaria de elaborar minuta de instrumento contratual em virtude do disposto no item 7.1 do Termo de Referência n. 3/2023, que instruiu que a Nota de Empenho substituirá o instrumento de contrato ([1076294](#)).

08. A COFC encaminhou à SAOFC, por meio da Solicitação n. 116/2023 ([1076521](#)), pedido para realizar ajuste no planejamento orçamentário de 2023 com o intuito de possibilitar a realização da contratação. Complementou informando que o ajuste pleiteado é compatível com as diretrizes da LDO e LOA 2023, procedimento autorizado pelo Secretário da SAOFC por meio do Despacho n. 2550/2023 ([1076581](#)).

09. A programação orçamentária da despesa foi juntada no evento [1077120](#), documento que também registra que a despesa pretendida pela Administração está adequada e compatível orçamentária e financeiramente com a lei orçamentária anual, além de compatível com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias referentes a este exercício financeiro.

10. Assim instruídos, vieram os autos para análise jurídica. **É o necessário relato.**

II – DAS CONSIDERAÇÕES INICIAIS

11. Inicialmente, convém ressaltar que este parecer utiliza como base os elementos que constam nestes autos (Processo SEI n. [0001892-76.2023.6.22.8000](#)) até a presente data. Ressalte-se que, conforme art. 58-A, inciso I c/c XI, do Regimento Interno do Corpo Administrativo do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, com redação dada pelo Resolução TRE-RO n. 11/2022, e demais atos normativos regulamentadores das atividades dos Assessores Jurídicos, é responsabilidade desta Assessoria prestar consultoria jurídica, de forma imparcial, aos atos praticados no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia – TRE/RO.

12. Por sua vez, no regime jurídico da **Lei n. 14.133/2021**, encontram-se as seguintes regras no tocante à atuação da Assessoria Jurídica nos processos de contratação:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Art. 53. Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará **controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação**.

§ 1º Na elaboração do parecer jurídico, o órgão de assessoramento jurídico da Administração deverá:

I - apreciar o processo licitatório conforme critérios objetivos prévios de atribuição de prioridade;

II - redigir sua manifestação em linguagem simples e compreensível e de forma clara e objetiva, com apreciação de todos os elementos indispensáveis à contratação e com exposição dos pressupostos de fato e de direito levados em consideração na análise jurídica;

III - (VETADO).

§ 2º (VETADO).

§ 3º Encerrada a instrução do processo sob os aspectos técnico e jurídico, a autoridade determinará a divulgação do edital de licitação conforme disposto no [art. 54](#).

§ 4º Na forma deste artigo, o órgão de assessoramento jurídico da Administração **também realizará controle prévio de legalidade de contratações diretas**, acordos, termos de cooperação, convênios, ajustes, adesões a atas de registro de preços, outros instrumentos congêneres e de seus termos aditivos. (sem destaques no original)

13. O presente parecer restringir-se-á aos aspectos jurídicos dos documentos e elementos que instruem a fase de planejamento da contratação, com base nas peças constantes dos autos, não adentrando no mérito técnico e administrativo, salvo patente ilegalidade. Isso não significa, porém, que não poderão ser tecidas considerações e recomendações a respeito da motivação dos atos para melhor embasá-los. Até porque, na forma do **art. 169 da Lei n. 14.133/2021**, as unidades de assessoramento jurídico, ao lado do controle interno do órgão, **integram a segunda linha de defesa** na busca de práticas contínuas e permanentes de gestão de riscos e de controle preventivo. A manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem praticados.

III – ANÁLISE JURÍDICA

3. Da verificação do cumprimento dos requisitos legais da fase preparatória da contratação.

14. De acordo com o **art. 18 da Lei n. 14.133/2021**, a fase **preparatória** do processo licitatório é caracterizada pelo **planejamento** e deve compatibilizar-se com o **plano de contratações anual** também disciplinado por essa norma, devendo abordar todas as considerações



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

técnicas, mercadológicas e de gestão que possam interferir na contratação por meio de diversos instrumentos listados nesse dispositivo.

15. Contudo, o caso em análise não busca a realização de um certame licitatório de maior complexidade. Trata-se da via da contratação direta, por dispensa de licitação, em razão do valor. Para hipóteses como tais a **Lei n. 14.133/2021** elencou os documentos que devem instruir o processo de contratação. Veja-se:

Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;

II - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no [art. 23 desta Lei](#);

III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;

IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;

V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;

VI - razão da escolha do contratado;

VII - justificativa de preço;

VIII - autorização da autoridade competente.

16. Para regulamentar o referido comando legal, no âmbito deste Tribunal foi editada a **Instrução Normativa TRE-RO n. 9/2022**, que disciplina as regras e procedimentos para as contratações diretas realizadas por inexigibilidade e dispensa de licitação. Assim, de igual forma, o referido normativo também dispõe:

CAPÍTULO II

PLANEJAMENTO

Art. 3º O planejamento das contratações realizadas por meio de inexigibilidade e dispensa de licitação será composto pelos seguintes documentos, quando não dispensados parcialmente na forma regulada por esta instrução normativa:

I - Documento de Formalização da Demanda/Solicitação de Contratação;

II - Formulário de Instituição da Equipe de Planejamento da Contratação;

III - Estudo Técnico Preliminar;

IV - Mapa de Riscos;

V - Estimativa da Despesa, a ser apurada por meio de pesquisa de preços e registrada na Informação Conclusiva do Valor Estimado da Contratação (ICVEC), documento padronizado pelo TRE-RO no Anexo V deste normativo;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

VI - Termo de Referência ou Projeto Básico e Projeto Executivo;

VII - Indicação e Ciência de Equipe de Gestão e Fiscalização de Contrato, quando houver.

§ 1º O planejamento das contratações compete às unidades demandantes e, quando houver designação, às equipes de planejamento das contratações, às quais incumbe a elaboração dos documentos indicados no caput.

§ 2º A elaboração dos documentos previstos nos incisos I, V e VI do caput é obrigatória para todas as contratações diretas, exceto na ocorrência das situações previstas no inciso VIII do artigo 75 da Lei n. 14.133/2021, para as quais a elaboração poderá ser dispensada, sem prejuízo da observância, naquilo que aplicável, do § 6º desse dispositivo legal.

§ 3º A elaboração dos documentos previstos nos incisos II, III, e IV do caput é facultativa, a critério da unidade demandante ou decidido pelo titular da Secretaria de Administração, Orçamento e Finanças (SAOFC), conforme a especificidade do objeto, a complexidade da contratação ou outros elementos que a justifiquem, registrados expressamente no processo, nos quais devem ser considerados a redução de custos da contratação (art. 21, VI, da Resolução TSE n. 23.702/2022).

§ 4º A elaboração do documento previsto no inciso II do caput é obrigatória nas contratações cujo planejamento contenha estudos técnicos preliminares e mapa de riscos, quando a complexidade assim exigir.

§ 5º A elaboração do documento previsto no inciso VII do caput será adotada nas contratações formalizadas mediante termo de contrato, quando a complexidade assim exigir.

§ 6º O planejamento da contratação poderá, a critério da unidade demandante ou da equipe designada, conter outros documentos considerados necessários à instrução processual.

§ 7º O gestor da unidade demandante deverá, como condição para o encaminhamento do processo à SAOFC, manifestar expressa concordância com os termos da contratação proposta.

17. Como visto pelos dispositivos acima que estabelecem os documentos da fase de planejamento das contratações diretas, cuja análise será realizada de forma individual neste parecer:

I - Poderão ser dispensados de forma justificada:

- a) a equipe de planejamento da contratação;
- b) o Estudo Técnico Preliminar; e
- c) o mapa de riscos;
- d) Equipe de Gestão e Fiscalização de contrato.

II - Por sua vez, são obrigatórios a todas elas:

- a) Documento de Formalização da Demanda/Solicitação de Contratação;
- b) Estimativa da Despesa; e



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

c) Termo de Referência ou Projeto Básico e Projeto Executivo.

3.1.1 Análise dos elementos do Documento de Formalização da Demanda - DFD

18. O Documento de Formalização da Demanda/Solicitação de Contratação está disciplinado pelo art. 4º da IN TRE-RO n. 9/2022, que o padroniza na forma de seu anexo IV, documento utilizado pela COMAP para o registro de sua demanda ([1067063](#)). Verifica-se que todos os elementos exigidos pelo referido regulamento foram informados pela unidade demandante. Destaca-se ainda que no próprio DFD, a unidade sugeriu a dispensa do Mapa de Riscos, Estudo Técnico Preliminar e indicação de Equipe de Planejamento e de gestão da contratação, fato este que foi acatado por meio do despacho GABSAOFC ([1067782](#)).

19. Também afastou o processamento da contratação por meio de dispensa eletrônica, prevista nos **arts. 28º e seguintes da IN TRE-RO n. 9/2022**, em função das seguintes razões:

(...)

A impressão dos livros se realizada por empresas gráficas da capital ou municípios vizinhos, aptos a participarem, após apresentação de propostas, em resposta a regular cotação de preços, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME n. 65/2021, tornará mais célere a logística de envio da matéria, aprovação das amostras, reprodução e entrega do volume total, tudo em prazo reduzido.

Aliado a isso, será priorizado o fomento ao emprego e à economia do comércio local, contemplando a inclusão e o critério social, com especial atenção à sustentabilidade nas contratações do órgão.

20. Verifica-se que as justificativas apresentadas pela unidade demandante são aptas para afastar o procedimento da dispensa eletrônica, estando em harmonia com as regras do § 2º do **art. 28 da IN TRE-RO n. 9/2022**. Nesses termos, esta Assessoria conclui pela adequação legal do Documento de Formalização da Demanda - DFD ao regime da Lei n. 14.133/2021 e às regras da IN TRE-RO n. 9/2022.

3.1.2 Análise da Estimativa da Despesa:

21. Verifica-se que a unidade demandante utilizou-se da via da cotação direta aos fornecedores potenciais, procedimento idôneo para o cumprimento dos requisitos legais de caráter genérico, aplicáveis às contratações diretas, qual seja **a) a razão da escolha do fornecedor;**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

e b) a **justificativa do preço** (art. 72, incisos VI e VII, da Lei n. 14.133/2021) Isso porque a possibilidade de a Administração contratar diretamente não a isenta de comprovar a regularidade dos preços e desconsiderar propostas excessivas ou inexequíveis. A jurisprudência do Tribunal de Contas da União - TCU é firme em indicar que a realização de pesquisa de preços, previamente à fase externa da licitação, é uma exigência legal para todos os processos licitatórios, inclusive para os casos de dispensa e inexigibilidade.

22. Quanto à justificativa do preço, neste Tribunal a estimativa da despesa está disciplinada pelo art. 9º e sgs da IN TRE-RO n. 9/2022, que utiliza, por meio de seu Anexo V, um documento padronizado, denominado de **INFORMAÇÃO CONCLUSIVA DO VALOR ESTIMADO**, elaborado em harmonia com o disposto no art. 23 da Lei n. 14.133/2021, atualmente regulamentado pela Instrução Normativa SEGES/ME n. 65/2021, havendo a unidade prestado as informações exigidas pelo referido formulário. No caso em análise o ICVEC foi juntado ao processo no evento [1075148](#) e demonstra que a cotação de preços nº 01/2023 foi expedida a diversas empresas do ramo. Contudo, a COMAP certificou ([1074865](#)) que apenas 1 (uma) empresa cotou o material pretendido, sendo que as demais informaram não realizar os serviços. Relatou, ainda, que fez diversas visitas às empresas gráficas de Porto Velho, porém essas restaram infrutíferas. Veja-se:

(x) Inciso IV - pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de ofício ou e-mail, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital; ou

(...)

III - Na pesquisa direta com fornecedores foram observados os requisitos listados no § 2º do art. 5º da IN SG/ME 65/21.

(x) Sim, todos.

Observação:

A COTAÇÃO DE PREÇOS Nº 1/2023 - COMISSÕES/MEMORIA ([1071387](#)) foi enviada para mais de três empresas do ramo de serviços gráficos ([1074857](#)), mas recebemos resposta apenas de uma.

Diante disso, fizemos visita às empresas gráficas de PVH, com o mesmo formulário de Cotação e o modelo do livro em mãos, para obtermos mais propostas válidas, no entanto, ainda assim, infelizmente foi infrutífera a consulta presencial, conforme relatório abaixo:

(...)

23. Nesses termos, esta Assessoria Jurídica conclui que a unidade buscou de todas as formas realizar a cotação com empresas



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

gráficas, porém obteve apenas uma proposta válida. Assim, estando comprovado o envio das cotações a diversas empresas do ramo - e mesmo a visita direta de servidores da unidade demandante com esse intuito - pode-se entender que há limitação de mercado para o objeto, admitida, de forma excepcional, a redução do número mínimo de três cotações válidas, de acordo com os comandos do **Acórdão TCU n. 2.531/2011 - Plenário**.

24. Por tal motivo, resta demonstrado o cumprimento dos requisitos legais da **justificativa do preço** e da **razão da escolha do fornecedor**, representado pela empresa ofertante do menor preço. Nesses termos, esta unidade conclui pela adequação legal do procedimento de estimativa da despesa ao regime da Lei n. 14.133/2021 e às regras da IN TRE-RO n. 9/2022.

3.1.2.1 Do fracionamento de despesa: Inocorrência

25. Com o intuito de evitar eventuais fracionamento das despesas nas contratações processadas por dispensa de licitação em razão do valor fundamentadas no **art. 75, incisos I e II, da Lei n. 14.133/2021** - tanto por dispensa tradicional quanto por dispensa eletrônica - o GABSAOFC elaborou quadro com os registros dos processos com despesas no exercício de 2023 ([1075769](#)).

26. A aferição de eventual fracionamento tem seus contornos definidos no âmbito deste órgão pelo **§ 2º do art. 29 da Instrução Normativa TRE-RO n. 009/2022 ([0917187](#))**, norma que instituiu o regime jurídico da Lei n. 14.133/2021 para os procedimentos das contratações diretas realizadas por inexigibilidade e dispensa de licitação. Tal regulamento, em harmonia com § 1º, Inciso I e II, art. 75, da Lei n. 14.133/2021, prevê de forma expressa:

Art. 29. Para fins de aferição dos valores que atendam aos limites referidos nos incisos I e II do artigo anterior, deverão ser observados:

I - o somatório despendido no exercício financeiro; e

II - o somatório da despesa realizada com objetos de mesma natureza, entendidos como tais aqueles relativos a contratações no mesmo ramo de atividade.

§ 1º O disposto nos incisos do caput deste artigo não se aplica às contratações de até R\$ 8.000,00 (oito mil reais) de serviços de manutenção de veículos automotores de propriedade ou na posse do TRE-RO, incluído o fornecimento de peças, de que trata o § 7º do art. 75 da Lei n. 14.133/2021.

§ 2º Considera-se ramo de atividade a partição econômica do mercado, identificada pelo nível de subclasse da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE).

§ 3º A SAOFC manterá registro em meio digital com os dados dos processos de despesas do exercício corrente, que permitam aferir eventual fracionamento, para



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

consulta de todas as unidades que atuam no processo da contratação ou juntá-los nos respectivos processos.

§ 4º Quando do enquadramento de bens, serviços ou obras nos termos das hipóteses previstas neste artigo, a autoridade competente pela autorização e a autoridade superior responsável pela adjudicação e pela homologação da contratação devem observar o disposto no art. 73 da Lei n. 14.133/2021 e no art. 337-E do Decreto-Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940. (sem destaques no original).

27. Verifica-se que o quadro juntado no evento ([1075769](#)) NÃO indica qualquer outra contratação anterior no exercício corrente de serviços gráficos para impressão. Portanto, como o valor da contratação pretendida encontra-se no limite da dispensa legal, atualmente fixado em R\$ 57.208,33 (cinquenta e sete mil duzentos e oito reais e trinta e três centavos), de acordo com a atualização de valores estabelecida pelo Decreto Federal n. 11.317, de 29 de dezembro de 2022, verifica-se o atendimento ao requisito insculpido no **inciso II, art. 75, da Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021.**

3.1.4 Análise do termo de referência:

28. O Termo de Referência está disciplinado pelos **arts. 15º e seguintes da IN TRE-RO n. 9/2022**, que o padroniza na forma de seu anexo VI, documento utilizado pela COMAP para disciplinar as regras da contratação pretendida ([1075152](#)). Verifica-se que a unidade cuidou de inserir no TR todos os elementos tidos como essenciais, haja vista que alguns deles são dispensáveis, exigidos apenas para determinados objetos ou em função da sua complexidade. Destaca-se:

I - Definição do objeto - Capítulo 1;

II - A previsão no Plano Anual de Contratações de 2023 do TRE-RO - Capítulo 2;

Vide registro no capítulo 5 do ETP.

III - Fundamentação da contratação - Capítulo 3;

IV - Descrição da solução como um todo - Capítulo 4;

V - Requisitos da contratação - Capítulo 5;

IV - A previsão de práticas de sustentabilidade - Capítulo 6;

A unidade demandante previu nos itens 6.2 a 6.5 do TR a **exigência de licença ambiental das cotantes.**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Segundo registra, trata-se de atividade de fabricação ou industrialização enquadrada no Anexo I da **Instrução Normativa IBAMA nº 06, de 15/03/2013** e que, dessa forma, apenas será admitida a oferta de produto cujo fabricante esteja regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos ambientais, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, exigido para aquisição de produto cuja fabricação ou industrialização envolva atividades **potencialmente poluidoras ou utilizadoras de recursos ambientais** (art. 17, I, da Lei nº 6.938/81). Citou, de forma exemplificativa, as categorias de fabricantes de produtos tóxicos.

Todavia, registra que, normalmente quem participa da licitação não é o fabricante em si, mas sim revendedores, distribuidores ou comerciantes em geral – os quais, por não desempenharem diretamente atividades poluidoras ou utilizadoras de recursos ambientais, não são obrigados a registrar-se no Cadastro Técnico Federal – CTF do IBAMA.

Assim, defende que, para não introduzir distinções entre os comerciantes e fabricantes, entendia que a forma mais adequada de dar cumprimento à determinação legal seria inseri-la na obrigação do fornecedor comprovar licenças, autorizações, permissões, concessões, alvarás e demais documentos obrigatórios dos órgãos federais, estaduais ou municipais para o exercício de suas atividades, comprovado por meio do evento Licença ambiental – critério de sustentabilidade - [1074933](#). Cita, como fonte o **Guia Nacional de Contratações Sustentáveis**, da AGU/CGU, publicação conjunta da Advocacia Geral da União e Controladoria-Geral da União – 6ª edição (1062361), cuja utilização no âmbito deste TRE foi instituída por meio da INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2023 - PRES/GABPRES – [0981675](#).

Análise: Inicialmente, registra-se que a Instrução Normativa IBAMA nº 06, de 15/03/2013 mencionada no TR pela unidade demandante foi **expressamente revogada** pela [Instrução Normativa IBAMA 13, de 23 de agosto de 2021](#). Todavia, trata-se de erro material, vez que as regras acerca do tema continuam disciplinadas pelo novo regulamento.

Assim, o Anexo I que lista as atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais, traz no item 8.1 a atividade de Indústria de Papel e Celulose e nele **não** inclui em seus desdobramentos a **comercialização** dos produtos originados da celulose, apenas o fabrico. Nessa linha, tem-se como acertada a dispensa da exigência do registro das empresas no Cadastro Técnico Federal de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos ambientais instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981.

Quanto à exigência da licença ambiental, verifica-se que essa decorre de previsão contida em legislação ambiental do município de Porto Velho para a atividade de comercialização de impressos gráficos e fabricação de produtos em papel ([1074933](#)).

V - Modelo de execução do objeto - Capítulo 7;

Verifica-se, conforme item 7.1. do TR, que o **instrumento de contrato será substituído pela Nota de Empenho**, conforme artigo 95, da Lei n. 14.333/21, sendo as regras da Cotação de Preços e deste Termo de Referência partes integrantes do instrumento de contrato, independentemente de sua transcrição.

VI - Modelo de gestão do contrato: Capítulo - 8;

VII - Critérios de medição e de pagamento - Capítulo 9;

VIII - Reajuste contratual: Capítulo - 10;

IX - Estimativa do valor da contratação - Capítulo 11;

X- Aderência orçamentária: Capítulo - 12;

XI - Forma de seleção do fornecedor: - Capítulo 13;

XII - Das infrações e sanções aplicáveis - Capítulo 14;

XIII - Conclusão - Capítulo 15.

29. Nesses termos, esta unidade conclui pela adequação legal do termo de referência n. 03/2023 ([1075152](#)) ao regime da Lei n. 14.133/2021 e às regras da IN TRE-RO n. 9/2022, podendo ser aprovado pela autoridade administrativa.

IV – CONCLUSÃO

30. Pelo exposto, e por tudo o mais que consta neste processo, esta assessoria jurídica conclui pela regularidade e observância dos requisitos formais dos documentos que integram a fase de planejamento da contratação, previstos no art. 72 da Lei n. 14.133/2021 e nas disposições da Instrução Normativa TRE-RO n. 9/2022, motivo pelo qual opina:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

I - Pela adequação legal do Documento de Oficialização da Demanda - COMAP ([1067063](#)), da informação conclusiva valor estimado da contratação - ICVEC ([1075148](#)) e do Termo de Referência n. 03/2023 - COMAP ([1075152](#)) ao regime da Lei n. 14.133/2021 e às regras da IN TRE-RO n. 4/2023, podendo ser aprovados pela autoridade administrativa;

II - Pela possibilidade jurídica da contratação, por meio de dispensa de licitação, com fundamento no **inciso II, art. 75, da Lei n. 14.133/2021**, dos serviços especificados no objeto do termo de referência citado, **diretamente** com a empresa **Rondoforms Editora e Gráfica LTDA - CNPJ: 05.155.992/0001-40**, única empresa a apresentar proposta, no valor de **R\$ 37.010,00 (trinta e sete mil e dez reais)**, havendo ainda comprovado os requisitos mínimos para contratar com a Administração Pública ([1074929](#)) e apresentado a licença ambiental exigida ([1074933](#)).

Conforme já apontado no item 9 deste parecer a programação orçamentária para a despesa foi juntada no evento [1077120](#)

31. Com precedente no **Acórdão TCU n. 1336/06-Plenário**, entende-se **desnecessária a publicação na imprensa oficial**, haja vista que o valor da contratação está abaixo do patamar da dispensa legal. Além disso, o item 28 do ANEXO VIII da IN TRE-RO n. 9/2022 estabelece que o extrato da nota de empenho - ou do contrato - juntamente com o ato autorizativo e demais documentos necessários, serão divulgados no **Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico oficial do TRE-RO**. Contudo, em homenagem ao princípio da publicidade, constante no art. 37 da Constituição Federal, nada impede que seja feita também a **publicação no Diário da Justiça Eletrônico - DJE**.

À consideração da autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **Vinícius Steele Góes, Estagiário**, em 27/10/2023, às 16:28, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **JAMIL JANUARIO, Assessor(a) Chefe**, em 27/10/2023, às 16:30, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1078279** e o código CRC **F735D480**.

0001892-76.2023.6.22.8000

PROCESSO: 0001892-76.2023.6.22.8000

INTERESSADO: Coordenadoria de Material e Patrimônio - COMAP

ASSUNTO: Dispensa de Licitação – Contratação de empresa especializada na prestação de serviços gráficos para impressão

DESPACHO Nº 1349 / 2023 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo instaurado pela Coordenadoria de Material e Patrimônio - COMAP, por meio do Documento de Formalização da Demanda de evento n. [1067063](#), objetivando a contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços gráficos para impressão de revistas para atender a necessidade da Comissão de Memória Eleitoral.

Para instruir os autos, carreu-se a Documento de Formalização da Demanda ([1067063](#)); a informação conclusiva sobre o valor estimado ([1075148](#)); e o Termo de Referência ([1075152](#)), com a especificação do objeto, a justificativa, os critérios de sustentabilidade ambiental, critérios de aceitação do objeto, valor e prazo, contrato, pagamento, gestão e fiscalização.

A unidade demandante justifica a contratação tendo em vista a necessidade de atender demanda da Justiça Eleitoral de Rondônia, consistente na revisão e o lançamento do Livro "Como Sentinelas Avançadas" e o livro "Revista Ações de Destaque", e o livro do "Relatório de gestão 2022/2023", dando-se, assim, publicidade dos atos realizados pela gestão, registro para memória da instituição, envio de exemplar para os membros da corte e para outros órgãos da Justiça Eleitoral.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

O valor total da contratação foi estimado em **R\$ 37.010,00 (trinta e sete mil e dez reais)**, valor obtido a partir da pesquisa de preços e registrada na Informação Conclusiva do Valor Estimado da Contratação (ICVEC) juntada ao evento n. [1075148](#).

Carreou-se aos presentes autos comprovação de regularidade da empresa com o CNJ, FGTS, Justiça do Trabalho e Receita Federal ([1074929](#)), remetendo-se os autos à SAOFC que exarou comando às unidades competentes para prosseguimento do processamento do feito ([1074929](#)).

A Seção de Contratos – SECONT, não procedeu a elaboração da minuta de instrumento contratual, considerando o disposto no item 7.1. do TERMO DE REFERÊNCIA (TR) Nº 3/2023 - COMISSÕES/MEMORIA (evento [1075152](#)).

Após ajustes no planejamento orçamentário de 2023 ([1077057](#)), a SPOF, em atenção ao Despacho n. 1419 ([1077064](#)), formalizou a programação orçamentária, conforme valor supra indicado na cifra de R\$ 37.010,00 (trinta e sete mil e dez reais) ([1077120](#)).

Submetida a análise inicial da SAC, esta unidade atestou a regularidade do processamento do feito às normas gerais de contratações estabelecidas pelo art. 75, inciso II da Lei 14.133/2021, para **contratação direta por inexigibilidade de licitação** ([1076843](#)).

A Seção de Contratos – SECONT, deixou de elaborar a minuta do instrumento de contratual tendo em vista a disposição trazida no item 7.1. do TERMO DE REFERÊNCIA (TR) Nº 3/2023 - COMISSÕES/MEMORIA (evento [1075152](#)) que disciplina que o instrumento de contrato será substituído pela nota de empenho ([1076294](#)).

A Assessoria Jurídica da SAOFC, por meio do Parecer Jurídico nº 243/2023 ([1078279](#)), opinou pela possibilidade da contratação direta, por dispensa de licitação, nos termos do art. 75, II, da Lei nº 14.133/21, da empresa **Rondoforms Editora e Gráfica LTDA - CNPJ: 05.155.992/0001-40**, e pela aprovação do Termo de Referência n. 03/2023 ([1075152](#)) e demais documentos que integram a fase de planejamento da contratação.

Por sua vez, a SAOFC manifestou-se pela aprovação do TR ([1075152](#)); pela regularidade da informação conclusiva do valor estimado ([1075148](#)); pela autorização da despesa, de forma direta, por dispensa de licitação; **Contratação direta da empresa Rondoforms Editora e Gráfica LTDA.**, inscrita no CNPJ sob o n. 05.155.992/0001-40; e pela publicação



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

do ato de dispensa, em prestígio ao princípio da publicidade, no **Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)** e no **sítio eletrônico oficial do TRE-RO**, conforme item 28 do Anexo VIII da IN TRE-RO n. 9/2022 ([1078519](#)).

Vieram os autos para apreciação desta Diretoria-Geral.

Inicialmente, registra-se que o presente pedido de contratação foi elaborado pelas regras do regime jurídico da Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021, aplicável a este Tribunal pela regulamentação que consta da Instrução Normativa TRE-RO n. 9, de 11/10/2022, publicada no DJE TRE-RO n. 250, de 05/09/2022 e de observância obrigatória neste Órgão para os processos instaurados a partir de 07/11/2022 ([0934832](#)).

O caso em análise não busca a realização de um certame licitatório de maior complexidade. Trata-se de contratação direta, por dispensa de licitação, **em razão do valor**. Para hipóteses tais como esta, a **Lei n. 14.133/2021**, nos termos do inciso II do artigo 75, assim estabelece:

Art. 75. É dispensável a licitação:

II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras; (~~Vide Decreto nº 10.922, de 2021~~) (~~Vigência~~) ([Vide Decreto nº 11.317, de 2022](#))

Dessa feita, verifica-se que a contratação pretendida poderá ser processada de forma direta, por dispensa de licitação, uma vez que o valor da demanda (**R\$ 37.010,00 (trinta e sete mil e dez reais)**) não supera o limite legal permitido no art. 75, II, atualizado a partir de 1º de janeiro de 2023 para a cifra de R\$ 57.208,30 (cinquenta e sete mil duzentos e oito reais e trinta centavos) (Decreto n. 11.317, de 29 de Dezembro de 2022).

Observa-se ainda, que no processamento da pretendida contratação direta observou-se o cumprimento dos requisitos legais da fase preparatório da contratação que, em não sendo um certame licitatório a própria Lei 14.133/2021 em seu art. 72 elencou os documentos que devem instruir o processo de contratação, dispositivo também normatizado no âmbito deste Tribunal nos termos da IN n. 9/2022 que nos casos de contratação direta trouxe como obrigatórios o DFD (Documento de Formalização da Demanda), Estimativa da despesa e TR/PB, todos acostados aos autos nos eventos n. [1067063](#), [1075148](#) e [1075152](#), facultando a elaboração da instituição de uma equipe de planejamento, ETP e Mapa de Riscos e, em não havendo



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

contrato, equipe de gestão de contrato, restando-se justificada a ausência de tais documentos.

Analisando minuciosamente cada um dos documentos de cunho obrigatório, percebe-se que todos mostram-se adequados ao regime da Lei 14.133/2021 e às regras da IN TRE-RO n. 9/2022, uma vez que contém todos os elementos tidos como essenciais, podendo-se extrair de suas leituras o cumprimento das exigências legais para todos os processos licitatórios, inclusive para os casos de dispensa e inexigibilidade, dentre elas: a) a **razão da escolha do fornecedor** (envio das cotações a diversas empresas do ramo - e mesmo a visita direta de servidores da unidade demandante com esse intuito); e b) a **justificativa do preço (art. 72, incisos VI e VII, da Lei n. 14.133/2021** - a partir da juntada do documento denominado Informação Conclusiva do Valor Estimado - evento [1075148](#)).

Dessa feita, restam atendidos os requisitos de natureza obrigatória para todas as contratações públicas, isso porque a possibilidade de a Administração contratar diretamente não a isenta de comprovar a regularidade dos preços e desconsiderar propostas excessivas ou inexequíveis. A esse respeito, a jurisprudência do Tribunal de Contas da União - TCU é firme ao indicar que a realização de pesquisa de preços, previamente à fase externa da licitação, é uma exigência legal para todos os processos licitatórios, inclusive para os casos de dispensa e inexigibilidade.

Dessa forma, considerando a limitação de mercado para o objeto certificada pela unidade demandante no evento n. [1074865](#), resta justificada a escolha da empresa **Rondofoms Editora e Gráfica LTDA - CNPJ: 05.155.992/0001-40**, tendo em vista ser a única a realizar os serviços no mercado local, para o qual ofertou o preço de R\$ 37.580,00 (trinta e sete mil dez quinhentos e oitenta reais), que considerando em estimativa final na cifra de R\$ 37.010,00 (trinta e sete mil e dez reais) ([1074907](#)).

No caso sob análise, a empresa escolhida apresenta regularidade fiscal e trabalhista, como se verifica nos documentos juntados no evento n. [1074929](#), restando-se atendidos os requisitos de regularidade perante o INSS e o FGTS da empresa a ser contratada. Assim, este requisito está sendo observado pela Administração.

Desse modo, pelos elementos que se encontram nos autos, verifica-se que resta devidamente justificado o preço a ser contratado, uma vez que a aferição dos preços juntada nos autos é procedimento idôneo para o cumprimento dos requisitos legais de caráter genérico, aplicáveis à todas



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

às contratações diretas, de modo que restam cumpridos as exigências previstas na lei 14.133/2021.

Some-se a isso haver justificativa para a contratação pretendida, que busca atender demanda da Justiça Eleitoral de Rondônia, consistente na revisão e o lançamento do Livro "Como Sentinelas Avançadas" e o livro "Revista Ações de Destaque", e o livro do "Relatório de gestão 2022/2023", dando-se, assim, publicidade dos atos realizados pela gestão, registro para memória da instituição, envio de exemplar para os membros da corte e para outros órgãos da Justiça Eleitoral, conforme se depreende da leitura do Documento de Formalização da Demanda juntado ao evento n. [1067063](#).

No tocante a aferição de eventual **fracionamento indevido de despesa**, nos termos registrados no item 2.2 do TR ([1075152](#)), verifica-se que, em que pese haver contratação de empresa especializada no fornecimento de MATERIAL GRÁFICO (IMPRESSOS, CARTÕES e PLACAS) processada nos autos PSEI n. [0000177-96.2023.6.22.8000](#) - PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 10/2023 (0996815), não foi inserido o formato e tamanho que atende aos projetos que se mostra necessários no final desse biênio, tendo em vista que a demanda foi definida no moldes exatos a partir de reunião ocorrido em em 05/09/2023, conforme ATA Nº 5/2023 - COMISSÕES/MEMORIA (1057226), portanto, posteriormente a contratação formalizada para o objeto semelhante, o que afasta qualquer questionamento envolvendo o tema fracionamento.

Verifica-se, ainda, que nos termos do item 6 do TR ([1075152](#)), a unidade solicitante opinou pela aplicabilidade dos critérios de sustentabilidade instituindo a obrigação do fornecedor comprovar licenças, autorizações, permissões, concessões, alvarás e demais documentos obrigatórios dos órgãos federais, estaduais ou municipais para o exercício de suas atividades, comprovado por meio do evento Licença ambiental – critério de sustentabilidade - [1074933](#).

Registra-se que o contrato será substituído por Nota de Empenho de Despesa, com fulcro no artigo 95, da Lei n. 14.333/21, nos termos descritos no subitem 7.1 do TR ([1075152](#)).

Pelo exposto, com amparo nas atribuições conferidas pela Portaria GP n. 66/2018, bem como nos documentos e nas informações constantes nos autos:

1 - **aprovo** o Termo de Referência n. 03/2023 ([1075152](#)), uma vez que possui os elementos mínimos essenciais definidos no inciso XXIII e alíneas, do artigo 6º, § 1º do art. 40 e no art. 150 da Lei n. 14.133/2021 c/c com o §1º do art. 10 e §1º do art. 15 da IN TRE-RO n.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

9/2022, bem como todos os elementos constitutivos da etapa de planejamento nos termos do item do 15 do anexo VIII da IN n. 9/2022;

2 - **aprovo** o valor estimado da contratação constante da informação conclusiva, de evento n. [1075148](#), em cumprimento ao [item 40 do Anexo II da Resolução 215/2015/CNJ](#) alterado pela [Portaria 57/2023/CNJ](#) e ao [Acórdão TCU 2622/2015 - Plenário](#);

3 - **autorizo** a despesa, de forma direta, por dispensa de licitação, **em razão do valor, com fundamento** no art. 75, II, da Lei nº 14.133/2021;

4 - **adjudico** o objeto à empresa **Rondoforms Editora e Gráfica LTDA.**, inscrita no CNPJ sob o n. 05.155.992/0001-40, e autorizo a emissão de nota de empenho em seu favor, no valor de **R\$ 37.010,00 (trinta e sete mil e dez reais)**, por ter apresentado a única proposta no mercado e estar apta a contratar com a Administração Pública. e

5 - **Determino a divulgação do extrato da nota de empenho, juntamente com o ato autorizativo e demais documentos necessários**, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico oficial do TRE-RO, em cumprimento ao comando constante do Parágrafo único do art. 72 e no art. 94 da Lei 14.133/2021 c/c o disposto no item 28 do ANEXO VIII da IN TRE-RO n. 9/2022.

À SAOFC para continuidade do processamento do feito, com emissão de nota de empenho.



Documento assinado eletronicamente por **FRANCISCO PARENTES DA COSTA FILHO, Diretor(a) Geral - Em Substituição**, em 10/11/2023, às 14:33, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1083168** e o código CRC **67C9AD1D**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos